



BANCARINHO

Edição

828

28/03/2017 - ANO: XIII



CONTRAFUT
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

Assembleia discutirá participação da categoria na mobilização do dia 31

As recentes reestruturações bancárias deixaram claro que os bancos não estão preocupados com seus trabalhadores, não importa sua dedicação ou os resultados alcançados. Qualquer saída que possamos buscar para vencer essa batalha é coletiva, como categoria e como classe.

Após, os trabalhadores brasileiros sofreram um duro golpe no dia 23/3 com a aprovação da terceirização irrestrita no Brasil pelos deputados federais com a aprovação do PL 4.302/98. Precisamos intensificar nossas ações uma vez que o veto presidencial não vai acontecer. Com a terceirização liberada, os

empregadores poderão contratar seus trabalhadores como prestadores de serviços, sem definição de horas de trabalho, sem direito a férias, sem 13º salário, sem licença maternidade, sem FGTS, sem vale refeição e transporte, entre outros. Os trabalhadores receberão bem menos, trabalharão até cansar, sendo simplesmente descartados e substituídos por outros em caso de adoecimento, necessidade de férias, maternidade ... etc.

Agora temos que pressionar os parlamentares para barrar as reformas da Previdência e trabalhista, por isso o sindicato fará uma assembleia na quinta-feira onde vamos juntos construir o dia nacional de mobilização marcado para o dia 31 de março e greve geral convocada para acontecer no dia 28 de abril.

Sindicato participa de audiências sobre Segurança e Previdência

Diretores do Sindicato dos Bancários de Dourados estiveram participando de duas audiências na última semana para tratar de temas que está diretamente ligado aos trabalhadores do ramo financeiro.

Além de participar a diretoria esteve na linha de frente na luta contra os retrocessos para os trabalhadores. O debate amplo com a sociedade é uma das principais ferramentas para impedir que continue a insegurança nos bancos e que a reforma da previdência seja aprovada como está proposta. Por isso, a entidade marca presença em todas as discussões.

Além disso o Sindicato é um dos que tem participado das discussões da terceirização irrestrita, aprovada na semana passada pela Câmara Federal e que na prática retira direitos, como férias e seguro-desemprego. Já a reforma da Previdência obriga o cidadão a contribuir por 49 anos para ter acesso integral a aposentadoria.

Santander fecha agências e preocupa bancários

Mesmo tendo adquirido 1,9 milhão de novos clientes em 2016, o Santander vem promovendo o fechamento de agências.

O Sindicato apurou que desde o começo do ano foram encerradas 15 unidades em todo o país. Cobrado pela entidade, o banco espanhol garantiu que este processo não vai gerar demissões e que os empregados serão realocados para outras agências.

Caixa divulga lucro e funcionários aguardam PLR

A Caixa anunciou na terça-feira (28) o lucro líquido de R\$ 4,1 bilhões no ano passado. Trata-se de queda de 41,8% em relação a 2015 e um resultado bem abaixo da projeção de R\$ 6,7 bilhões feita no final do terceiro trimestre. Em dezembro, a instituição possuía R\$ 2,1 trilhões em ativos administrados. No ano passado, também de acordo com o balanço, a Caixa injetou R\$ 712,5 bilhões na economia brasileira.

Segunda parcela da PLR

Com a divulgação do resultado de 2016, a expectativa dos empregados é quanto ao pagamento da segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Segundo o Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018, a Caixa tem até 31 de março para creditar os valores. Como a primeira parcela de 60% do total a ser recebido foi calculada com base no lucro estimado de R\$ 6,7 bilhões, também cabe ao banco explicar como se dará o pagamento.

Na Caixa, a PLR é composta pela regra básica Fenaban, prevista na Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2018 dos bancários, correspondente a 90% do salário mais R\$ 2.183,53, limitado a R\$ 11.713,59; parcela adicional, também presente na CCT, que representa 2,2% do lucro líquido do banco dividido pelo número total de empregados em partes iguais, até o limite individual de R\$ 4.367,07; e a PLR Social, equivalente a 4% do lucro líquido, distribuídos linearmente para todos os trabalhadores. A Caixa garante no mínimo uma remuneração base.